

Prefeitura Municipal de Mafra - SC
Poder Executivo
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro/2013 a Dezembro/2013

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	49.610.651,50	17.481,56
Pessoal Ativo	46.870.448,15	17.481,56
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.740.203,35	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art.19 da LRF)(II)	-	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL(III) = (I-II)	49.610.651,50	17.481,56
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP(IV) = (IIIa + IIIb)		49.628.133,06

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	Valor
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(V)	87.964.677,08
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL(VI)=(IV/V) * 100	56,42
LIMITE MÁXIMO (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54%	47.500.925,62
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 51,3%	45.125.879,34
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) - 48,6%	42.750.833,06

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, 16/Out/2014, 15h e 31m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Roberto Agenor Scholze Beatriz Veronica Gonçalves Luiz Antonio F. Lourenço Dircélia Pilz Mazur
PREFEITO SEC.MUN.DA FAZENDA E PLANEJAMENTO CONTADOR:CRC:27.383/04 CONTROLE INTERNO